

Realinhamento terá exame criterioso caso a caso

BRASÍLIA — Reduzir as expectativas inflacionárias passou a ser a nova palavra de ordem do Governo. A idéia básica dos ministros da área econômica é segurar a taxa de inflação de janeiro no máximo em 15 por cento. Como os aumentos de preços já aprovados este mês pelo CIP representam uma taxa de 12 por cento, o esforço agora será evitar que o

realinhamento a ser feito até o dia 31 de janeiro não implique em impacto superior a três por cento na inflação.

Por isso mesmo, os aumentos a serem concedidos pelo CIP terão que ser discutidos caso a caso, de forma criteriosa e exaustiva, para que, no afã de ganhar na corrida dos preços,

os empresários não sejam tentados a jogar os seus pedidos de reajustes para cima do percentual que seria compatível com os seus aumentos de custos.

Nessa estratégia de evitar uma corrida desenfreada dos empresários por reajustes de preços e de evitar o acirramento das expectativas infla-

cionárias, o Governo utilizará, segundo fontes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, todas as armas ao seu alcance, desde o corte de crédito oficial, passando pela suspensão de importações ao aumento da fiscalização da Sunab.

O raciocínio do Governo é que as atuais expectativas inflacionárias do

mercado estão exageradas e foram fomentadas pelo anúncio de um realinhamento de preços geral e imediato — além da notícia de um posterior recongelamento. O mercado passou a trabalhar com a possibilidade de uma taxa de inflação em janeiro da ordem de 25 a 30 por cento, explicaram as fontes.

A intenção do Governo agora é acabar com essa expectativa do mercado de que o realinhamento de preços será feito de uma única vez ou que ele implicará num único mês em taxas superiores a 15 por cento. Com isso, o Governo espera uma redução das taxas de juros do mercado, que atualmente refletem essas expectativas inflacionárias.